



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

# Revista do Direito Público



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

REITOR

Profª. Dra. Berenice Quinzani Jordão

VICE-REITOR

Prof. Dr. Ludoviko Carnasciali

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Pró-Reitor: Prof. Dr. Amauri Alcindo Alfier

Diretora de Pós-Graduação: Profª Drª Maria Helena Pelegrinelli Fúngaro

Diretor de Pesquisa: Prof. Dr. Fábio de Oliveira Pitta

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

Diretor: Prof. Azenil Staviski

Vice-Diretor: Prof. Carlos Cogo Milanez

Chefe do Departamento de Direito Privado: Profª. Ms. Marília Salerno

Chefe do Departamento de Direito Público: Prof. Dr. Marcos Antonio Striquer Soares

DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

Coordenador: Prof. Dr. Miguel Etinger de Araújo Junior

Vice-Coordenadora: Ana Cláudia Corrêa Zuin Mattos Amaral

Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Revista do Direito Público / Universidade Estadual de Londrina.  
Centro de Estudos Sociais Aplicados. Departamento de Direito  
Público. Programa de Pós-Graduação em Direito Negocial. –  
Londrina : UEL, 2005-.  
v. ; 29 cm.

Quadrimestral.

Descrição baseada em: v. 1, n. 1, jan./abr. (2005).

ISSN: 1980-511X. (on-line)

1. Direito Público – Periódicos. I. Universidade Estadual de Londrina.  
Centro de Estudos Sociais Aplicados. Departamento de Direito Público.  
Programa de Pós-Graduação em Direito Negocial.

CDU 342

Esta revista não assume a responsabilidade das ideias emitidas nos diversos artigos, cabendo-as exclusivamente aos autores. / É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista desde que seja citada a fonte.

Indexada em: LivRe (Brasil), Doaj (Suécia), Latindex (México), SHERPA RoMEO (Inglaterra), Portal de Periódicos CAPES (Brasil), WorldCat (EUA), TULIPS-Linker (Japão), Aladin (EUA), New Jour (EUA), BASE (Alemanha).

Disponível nos catálogos digitais das bibliotecas: HKU Librarie (Hong Kong), Charles University (Rep. Checa), Gorky St. Petersburg State University (Rússia), Hebrew University of Jerusalem (Israel), Miami University Libraries (EUA), Yale University (EUA), Universidad Nacional Autónoma de México (México), Universidade do Porto (Portugal), University of Tsukuba (Japão).



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

# Revista do Direito Público



ISSN: 1980-511X

Volume 10, número 3, setembro/dezembro de 2015  
Londrina - Paraná

# Revista do Direito Público

ISSN 1980-511X (eletrônico)

Revista do Direito Público da UEL  
Volume 10, número 3, setembro/dezembro de 2015

## **EDITORES RESPONSÁVEIS / EDITORS**

Dr<sup>a</sup>. Marlene Kempfer  
*Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)*  
Eduardo Diniz Neto  
*Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)*

## **CONSELHO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD**

Eduardo Reale Ferrari - Universidade de São Paulo (USP/SP)  
Francisco Emílio Baleotti - Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)  
Irene Patrícia Nohara - Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM/MG)  
Maria Auxiliadora Minahim - Universidade Federal da Bahia (UFBA/BA)  
Tânia Lobo Muniz - Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)  
Thais Bernardes Maganhini - Universidade Federal de Rondônia (UNIR/RO)  
Wilson Engelmann – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS)

## **PARECERISTAS AD HOC / REVIEWERS**

Alexandre Walmott Borges - Universidade Federal de Uberlândia  
Carlos Alberto Pereira das Neves Bolonha - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Carlos Mauricio Lociks de Araújo  
Cláudio Ribeiro Lopes - Universidade Federal Fluminense  
Fernando Luís Coelho Antunes - Universidade Católica de Brasília  
Flávia Martins Affonso - Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Glacy Odete Rachid Botelho - Universidade Federal de Goiás  
Guilherme Camargo Massaú - Universidade Federal de Pelotas  
Jesualdo Eduardo de Almeida Junior - Universidade Estadual de Londrina  
João da Cruz Gonçalves Neto - Universidade Federal de Goiás  
José Reinaldo de Araújo Quinteiro - Universidade de Rio Verde- UniRV  
Lucas Galvão de Britto - IBET  
Maurem Silva Rocha - PUC-RS  
Mônica Alves Costa Ribeiro - Universidade Federal de Uberlândia  
Mônica Paraguassu Correia da Silva - Universidade Federal Fluminense  
Nelia Edna Miranda Batisti - Universidade Estadual de Londrina  
Nelson Finotti Silva - Escola Paulista da Magistratura  
Rogerio Montai de Lima - Universidade Estácio de Sá  
Sérgio Urquhart de Cademartori - PUC/PR  
Thais Bernardes Maganhini - Universidade Federal de Rondônia  
Valmir César Pozzetti - Universidade Federal do Amazonas

## **ASSESSORIA TÉCNICA**

Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)  
Ananda do Valle Clavilho Coutinho, Beatriz Miranda Batisti, Gabriela Sayuri Sinzato,  
Heliane Miyuki Miazaki, Ianara Cardoso de Lima, Luís Otávio Yazawa Gueretta,  
Laudicena Ribeiro, Neide Maria Jardinete Zaninelli, Pedro Henrique Garcia Macedo,  
Philippe Antônio Azedo Monteiro, Vitor Gabriel Garnica

## Sumário | Contents

<b>Editorial</b> .....	7
<b>O poder constituinte e a justiça de transição no Brasil</b> .....	9
<b>THE CONSTITUENT POWER AND TRANSITIONAL JUSTICE IN BRAZIL</b> Bruno Meneses Lorenzetto e Katya Kozicki	
<b>O Acordo de Leniência: uma análise de sua compatibilidade constitucional e legitimidade</b> .....	31
<b>THE LENIENCY AGREEMENT: AN ANALYSIS OF CONSTITUTIONAL COMPATIBILITY AND LEGITIMACY</b> Marlon Roberth Sales e Clodomiro José Bannwart Júnior	
<b>O Estudo Trilateral (OMPI, OMC e OMS) e a Promoção do Acesso à Saúde</b> .....	51
<b>THE TRILATERAL STUDY (WIPO, WTO AND WHO) AND THE PROMOTION OF HEALTH CARE ACCESS</b> Dany Rafael Fonseca Mendes, Tatiana Siqueira Nogueira e Michel Angelo Constantino de Oliveira	
<b>Risco sistêmico e a histeria gerada no mercado financeiro global</b> .....	75
<b>SYSTEMIC RISK AND THE HYSTERIA GENERATED IN THE GLOBAL MARKET</b> Thalles Alexandre Takada e Tânia Lobo Muniz	
<b>A rinha de galos, o direito dos animais e o meio ambiente na ótica do STF – uma análise da ADI 1856/RJ</b> .....	91
<b>ROOSTER FIGHTING, ANIMAL RIGHTS AND THE ENVIRONMENT FOR THE BRAZILIAN FEDERAL SUPREME COURT – A REVIEW OF THE ADI 1856/RJ</b> Carolina Carneiro Lima e Beatriz Souza Costa	
<b>A aplicabilidade da Lei de Improbidade Administrativa aos agentes políticos</b> .....	119
<b>THE APPLICABILITY OF THE ADMINISTRATIVE IMPROBITY LAW IN RELATION TO POLITICAL AGENTS</b> Nelia Edna Miranda Batisti e Júlia Acioli Pimenta	

---

<b>Incongruências na criação de unidades de conservação: um Estudo de Caso da “Flona de Açú” .....</b>	<b>141</b>
<b>INCONGRUITIES ON THE CREATION OF PROTECTED AREAS: A CASE STUDY OF THE “FLONA DE AÇU”</b>	
Rodrigo de Almeida Leite e Marcus Tullius Leite Fernandes dos Santos	
<b>Modulação e abstrativização do efeito difuso: estudo de caso .....</b>	<b>155</b>
<b>MODULATION AND ABSTRATIVIZAÇÃO DIFFUSE EFFECT: CASE STUDY</b>	
Bruno Ortigara Dellagerisi Correio e Fausto Santos de Morais	
<b>Mineração de areia e meio ambiente: é possível harmonizar? .....</b>	<b>181</b>
<b>OPERATING SAND AND ENVIRONMENT: CAN HARMONISING?</b>	
Eriton Geraldo Vieira e Elcio Nacur Rezende	
<b>O Direito fundamental à segurança Social e seu panorama na ordem constitucional brasileira .....</b>	<b>213</b>
<b>THE FUNDAMENTAL RIGHT TO SOCIAL SECURITY AND ITS VIEW ON THE BRAZILIAN CONSTITUTIONAL ORDER</b>	
Oswaldo Ferreira de Carvalho	
<b>RESENHAS / REVIEWS</b>	
<b>O desenvolvimento sustentável hoje. Chaves de sucesso de estratégias responsáveis .....</b>	<b>229</b>
<b>THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT TODAY. RESPONSIBLE STRATEGIES SUCCESS KEYS</b>	
Renata Capriolli Zocatelli Queiroz Passi	
<b>Globalização e os impactos na crise do Estado nacional .....</b>	<b>233</b>
<b>GLOBALIZATION AND THE IMPACTS ON THE NATIONAL STATE CRISIS</b>	
Heberti Kooki Fugo Barduco	

---

## Editorial

O ano de 2015 é um importante marco para a Revista do Direito Público da UEL, pois completa 10 anos de incansável trabalho de modo a gerar oportunidades para disseminar conhecimento acadêmico.

Agradecemos a todos que participam da construção da Revista durante este tempo, em especial, aos atuais e ex-mestrandos do Programa de Mestrado em Direito Negocial, aos pareceristas que voluntariamente atendem ao chamamento para avaliar os artigos, aos Cursos de Especialização em Direito da UEL que auxiliam financeiramente este projeto, ao apoio técnico da Biblioteca Central da UEL.

A Revista está aberta para discutir questões afetas ao Direito Público e, nesta edição, destacamos e agradecemos a participação dos autores, de diferentes Estados da federação, que se dedicaram a estudos importantes.

Do Estado de Minas Gerais os autores estudam a tutela ambiental diante da exploração do minério de areia em Áreas de Preservação Permanente; bem como a validade jurídica da Lei promulgada pelo Estado do Rio de Janeiro que regulamenta a prática da Rinha de Galos.

Do Paraná, discute-se a interpretação sobre a aplicação aos agentes políticos da Lei nº 1.079/50, que define os crimes de responsabilidade e a Lei de Improbidade Administrativa, concomitantemente ou não. Também um dos artigos analisa o instituto do Acordo de Leniência, notadamente, à luz de sua previsão na Lei Anticorrupção (Lei 12.846 de 2013) e no Decreto Regulamentar 8.420, de 2015.

Apresenta-se nesta edição, os arranjos negociais ordenados por uma ordem econômica voltada a abastecer o mercado financeiro, refletindo na tomada de decisão dos indivíduos, podendo desencadear uma crise sistêmica e ainda, na questão atinente à justiça de transição, as ações políticas concretas que devem ser tomadas em relação a regimes políticos anteriores e seus respectivos atores políticos.

Do Rio Grande do Norte, é trazido à baila os possíveis conflitos de gestão na criação de unidades de conservação, Floresta Nacional de Açu, por meio de um estudo de caso.

A contribuição do Distrito Federal versa acerca da cooperação trilateral da OMS, OMPI, OMC diante do tema da propriedade intelectual, cujo escopo visa à promoção do acesso a novas tecnologias médicas, principalmente pelas populações mais pobres;

Significativos são os estudos quanto à modulação dos efeitos da decisão no controle de constitucionalidade e a possibilidade de atuação discricionária do Poder Judiciário; feitos no Rio Grande do Sul.

Por fim, de Lisboa, é feita uma análise das dimensões do sistema da ordem social brasileira e o direito à proteção social obrigatória;

Desejamos que nossos leitores façam bom proveito dos trabalhos apresentados e que possam servir para despertar novas pesquisas.

Boa leitura a todos!

Conselho Editorial  
Revista do Direito Público - UEL  
Volume 10, número 3, set./dez. 2015  
Londrina-PR  
ISSN: 1980-511X